



Altare coloridos

Com formação em teologia, Andrea Musskopf defende o direito da comunidade LGBTQ+ à cidadania religiosa

Nasci na cidade de Campo Bom, no interior do Rio Grande do Sul, em meados da década de 1970, mas logo mudamos para Teutônia, outro município gaúcho, que é terra natal de minha mãe e de meu pai e foi onde cresci. Como em muitas pequenas comunidades daquela época, boa parte da vida social girava em torno da fé, no nosso caso, a luterana. Fiz o ensino confirmatório, o equivalente à primeira comunhão da Igreja Católica, participei do grupo de jovens, sempre estive envolvido com a vida da igreja.

Meu comportamento era considerado esquisito pelos padrões locais. E, embora eu tenha assumido certa liderança dentro da igreja, sentia que meu jeito era rejeitado por membros da comunidade. As pessoas diziam de forma velada ou direta que eu não me encaixava naquela cidade de costumes tradicionais. Passei a me entender como homossexual aos 21 anos de idade e, há cerca de um ano, decidi me identificar como uma pessoa

não binária. Como expressão disso, além do meu nome civil, André Sidnei, passei a usar também o nome Andrea Musskopf. Mas, naquela época, não tinha informações para lidar com todas essas questões.

Em 1994, prestei vestibular para artes cênicas, mas não passei. No ano seguinte, um grupo de estudantes de teologia visitou minha cidade e me apresentou à Escola Superior de Teologia [EST], ligada à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil [IECLB], em São Leopoldo [RS]. Eu me inscrevi no processo seletivo e consegui entrar. Quando comecei o bacharelado em teologia, o curso não era ainda regulamentado pelo Ministério da Educação [MEC]. Isso só iria acontecer em 1999. Cursar teologia naquela ocasião era o caminho natural para ser pastor e não acadêmico.

Logo me envolvi com movimentos sociais de São Leopoldo e da Região Metropolitana de Porto Alegre, a cerca de 35 quilômetros. Passei a fazer parte da organização não governamental Apoio, Solidariedade

e Prevenção à Aids (Aspa). São Leopoldo tinha um dos maiores índices do estado em casos de infecção e morte por HIV/Aids. Lutávamos pelo básico: para que a população em geral tivesse acesso a preservativos e as pessoas com HIV pudessem ser medicadas e tratadas.

Ainda na graduação fiz um intercâmbio nos Estados Unidos. Àquela altura, eu já havia me entendido como homossexual. Passei um semestre no Seminário Teológico Wartburg, em Dubuque, no estado de Iowa. Depois fui fazer um estágio em Nova Jersey, cidade vizinha a Nova York. Eu trabalhava em duas igrejas luteranas, uma delas ficava em uma comunidade afro-americana e a outra na área latina. Isso me marcou muito, pois tive contato com questões ligadas à raça, etnia e imigração.

Em termos pessoais, pude lidar mais livremente com a minha sexualidade. Foi nesse período que conheci e me aprofundei nos estudos sobre teologia gay, que reinterpreta a fé por meio das ex-

periências das pessoas fora dos padrões heteronormativos. Meu trabalho de conclusão de curso [TCC] versou sobre esse tema e resultou no livro *Uma brecha no armário: Propostas para uma teologia gay*, publicado em 2002.

Eu me formei em 2001 e, no ano seguinte, iniciei o mestrado, também na EST. Escolhi como tema a ordenação de homossexuais na igreja luterana, especificamente na IECLB. O trabalho, defendido em 2004, deu origem ao livro *Talar rosa: Homossexuais e o ministério na igreja* [Editora Oikos, 2005]. Durante a pesquisa, passei um semestre na Universidade de Toronto, no Canadá, onde pude me aprofundar na teologia *queer*. Na década de 1990, o termo *queer*, que significa “estranho” em inglês, começou a ser utilizado no âmbito do cruzamento entre as teorias feministas e os estudos gays e lésbicos por acadêmicas nos Estados Unidos, como Teresa de Lauretis [1938-2026], Eve Kosofsky Sedgwick [1950-2009] e Judith Butler.

À medida que ia estudando, subindo os degraus do percurso acadêmico, comecei a questionar de forma mais intensa o papel da igreja na minha vida enquanto homossexual. Juntamente com a ação política passei a manter uma relação de maior independência e autonomia em relação à minha igreja de origem. Assim, comecei a frequentar outros espaços ecumênicos e trabalhar com diversas denominações religiosas tendo como foco a valorização das experiências de pessoas LGBTQ+ nesse campo e seu direito à cidadania religiosa.

No doutorado, em razão da parca bibliografia sobre teologia *queer* no Brasil, busquei traçar caminhos para a aplicação



2

dessa perspectiva dentro da realidade do nosso país. Concluí a pesquisa em 2008. Minha defesa na EST atraiu muita gente da comunidade LGBTQ+ de São Leopoldo. Eu era uma das lideranças locais: ajudei a aprovar legislação na Câmara Municipal, como a Lei Ordinária nº 6.010, de 14 de setembro de 2006, que dispõe sobre o reconhecimento da liberdade de orientação sexual e identidade de gênero, além de prever penalidades para estabelecimentos comerciais que pratiquem discriminação contra esse público. Também participei da organização de paradas do orgulho LGBTQ+ na cidade e da criação do Grupo de Celebração Ecumênica Inclusiva, bem como fiz parte da diretoria da Associação Brasileira de Diversidade Sexual e de Gênero.

Logo após terminar o doutorado, integrei a administração municipal de São Leopoldo, onde permaneci por quatro anos em diversas funções e cargos. Com o fim do mandato, passei a atuar na EST com maior dedicação e fiquei nessa instituição até 2019. Naquele ano, passei em um concurso na Universidade Federal de Juiz de Fora [UFJF], em Minas Gerais, onde hoje sou docente e coordenador do Programa de Pós-graduação em Ciência da Religião.

Em 2022, recebi a ordenação honorária como pastor, pela Igreja Batista Nazaré, de Salvador [BA]. Nunca exerci cargo pastoral, mas foi importante ter esse reconhecimento para, inclusive, aju-

dar a abrir caminhos para a comunidade LGBTQ+ nessa seara.

Nos últimos anos, forças reacionárias vêm articulando um movimento antigênero no mundo e no Brasil, o que tem travado a construção de um diálogo frutífero sobre a relação entre religião e questões de diversidade sexual e de gênero em nosso país. Esses obstáculos impactam também a discussão sobre a temática nas escolas. Crianças e adolescentes continuam, em geral, saindo da educação básica sem informação e reflexão sobre gênero e sexualidade.

Atualmente, sou líder do Grupo de Estudos Indecências – Religião, Gênero e Sexualidade, criado em 2024, na UFJF. O nome do grupo é inspirado no conceito de indecência, articulado pela teóloga argentina Marcella Althaus-Reid [1952-2009], que questiona padrões dominantes na reflexão teológica, sobretudo quando considerada sua relação com sexualidade e gênero.

Marcella foi a maior influência na minha trajetória acadêmica. Ela viria para a defesa do meu doutorado, mas infelizmente adoeceu e faleceu logo depois. Em sua homenagem e de outras pensadoras e pensadores da comunidade LGBTQ+ desse campo, continuo no processo de investigar as questões que venho discutindo desde a graduação para mostrar que existem várias possibilidades de se pensar religião e teologia. ●

DEPOIMENTO CONCEDIDO A
EDUARDO MAGOSSÍ



SAIBA MAIS

Programa de
Pós-graduação
em Ciência da
Religião da UFJF